



A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL PARA O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

BRUNA DE OLIVEIRA SCHWEDER

Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), orientanda, Blumenau, Rua Antônio da Veiga, 140, Itoupava Seca, 89030-903, Blumenau, SC, E-mail: boschweder@furb.br

LUCIANA BUTZKE

Professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, orientadora, Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Rua Antônio da Veiga, 140, Itoupava Seca, 89030-903, Blumenau, SC, E-mail: lbutzke@furb.br

Resumo

Esse artigo propõe analisar as contribuições da teoria (da Reprodução Social) à teoria (do Desenvolvimento) e à teoria de médio alcance (do Desenvolvimento Regional). Se partimos do pressuposto de que o discurso e a teoria do desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XX, se tornam expressão do capitalismo, aproximações entre a Teoria da Reprodução Social e a Teoria do Desenvolvimento são importantes para a crítica e superação do capitalismo e, conseqüentemente, da desigualdade e da opressão. As desigualdades e opressões se relacionam às relações de gênero, classe social, raça, dentre outras e se expressam no espaço e no tempo. O desafio que se coloca à Teoria da Reprodução Social é que ela dialogue em contextos socioculturais e geográficos distintos. E, para a Teoria do Desenvolvimento e a Teoria do Desenvolvimento Regional o desafio é o de superar sua dimensão normativa, que tende a perpetuar as relações que produzem desigualdade e opressão, incluindo no debate o questionamento e superação da reprodução social, do capitalismo e do desenvolvimento.

Palavras-chave: Reprodução Social. Desenvolvimento Regional. Capitalismo. Estudos de Gênero. Lise Vogel.



Introdução

O debate sobre desenvolvimento regional conta com várias contribuições recentes em torno da existência ou não de um *Campo do Regional* (THEIS, 2022; THEIS et al., 2022; THEIS, 2019). No artigo *Desenvolvimento regional: construção de um campo de saber?* são apresentadas posições em relação a existência ou não do *Campo*: (i) a crítica à existência de um campo autônomo do regional; (ii) a existência de uma Ciência Regional, como um campo de saber, uma ciência em construção; (iii) a existência de um campo da política e planejamento regional, o que reduziria a pretensão de criação de um campo do regional; e (iv) a compreensão do regional como geografia social e como confluência entre os debates sociológicos e geográficos em uma determinada escala (THEIS et al. 2022).

A posição crítica à existência de um *Campo* autônomo do *Regional* é reforçada pelo caráter interdisciplinar dos estudos sobre desenvolvimento regional – que pode dificultar a construção de um campo de saber com certa autonomia em relação a outros campos de saber. Outro aspecto de crítica é a ênfase na dimensão normativa do desenvolvimento regional, muitas vezes sem um questionamento do desenvolvimento regional realmente existente. Um terceiro aspecto é o reconhecimento do desenvolvimento regional como teoria de médio alcance, e a necessidade de conectar a teoria de médio alcance a teorias que aportem contribuições e acoplem a primeira. As limitações em relação a esses aspectos fazem com que o *Campo do Regional* tenha dificuldade em reivindicar uma maior autonomia em relação a outros campos do saber (THEIS et al., 2022; THEIS, 2019).

Esse artigo visa contribuir nesse último aspecto, já que propõe tratar de uma teoria (da Reprodução Social) e seus aportes à teoria (do Desenvolvimento) e à teoria de médio alcance (do Desenvolvimento Regional).

A noção de desenvolvimento remete a “uma metáfora e sua história distorcida” (ESTEVA, 2000, p. 61). Como metáfora biológica, explica o crescimento natural de plantas e animais e evolução de um estado a outro. A história distorcida ocorre quando essa metáfora avança para a esfera social, convertendo o desenvolvimento em um programa, um destino necessário e inevitável. “O modo de produção industrial, que era nada mais que uma entre as muitas formas de vida social, tornou-se por definição o estágio final de um caminho unilinear para a evolução social.” (ESTEVA, 2000, p. 63). Assim, podemos conjecturar que “numa economia capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas sobre dado território produz desigualdades, sobretudo, porque, em cada região, a provisão de meios de produção é,



quantitativa e qualitativamente, diferenciada, assim como é diferenciada a produtividade de sua força de trabalho.” (THEIS, 2019, p. 354). Ou seja, não há um desenvolvimento homogêneo que avance para uma situação melhor. No capitalismo, o desenvolvimento produz desigualdades.

Aqui tomamos como pressuposto a ideia de que desenvolvimento produz desigualdades e essas desigualdades se expressam em diferentes escalas espaciais, incluindo a regional. Vários enfoques da teoria do desenvolvimento buscam sua crítica: ora enfatizando o atraso econômico, a pobreza, o maldesenvolvimento, ora tratando-o como nova forma de colonialismo e explorando sua face oculta (THEIS, 2022). A Teoria da Reprodução Social traz também seu aporte a crítica do capitalismo e do desenvolvimento (entendido como expressão do capitalismo).

Para tratar da Teoria da Reprodução Social e sua contribuição ao debate sobre Desenvolvimento Regional esse artigo conta com quatro partes, além dessa introdução. A primeira seção trata dos antecedentes da Teoria da Reprodução Social. A segunda explora a Teoria da Reprodução social com ênfase na perspectiva unitária a partir das leituras sobre Lise Vogel. A terceira parte trata da totalidade e da mudança social. Na quarta parte faz-se um balanço dos aportes da Teoria da Reprodução Social para a Teoria do Desenvolvimento e para a Teoria (de médio alcance) do Desenvolvimento Regional.

Antecedentes da Teoria da Reprodução Social

Há mais de um século tem-se notícias do debate sobre as raízes históricas e as bases materiais que explicam a opressão das mulheres no capitalismo. Nesse debate a opressão de gênero não seria um fenômeno biológico, mas sim algo que se dá nas relações sociais concretas, portanto, passível de investigação.

No final do século XIX algumas mulheres socialistas contribuíram ao incluir no debate as formas não remuneradas de trabalho como característica principal da opressão feminina no capitalismo. Para tal, partiram de uma concepção dualista sobre a realidade social, ou seja, consideraram que o trabalho doméstico seria um modo de produção próprio, distinto do modo de produção capitalista (RUAS, 2020).

Estas socialistas feministas queriam entender como a opressão de gênero estaria fundada em relações sociais intrínsecas a forma de organização social capitalista. E uma das



chaves de interpretação e análise desenvolvida para compreender essa questão das bases sociais e materiais da opressão às mulheres foi o trabalho doméstico. Ou seja, elas queriam examinar o trabalho doméstico não pago, realizado no lar, pelas mulheres, como uma das bases fundamentais para compreender a opressão feminina no capitalismo.

Assim surgiu a perspectiva da reprodução social, que inicialmente, buscou compreender as formas não remuneradas de trabalho como base material da opressão das mulheres no capitalismo. Essa perspectiva se diferenciava de outras elaborações teóricas que também buscaram explicar a opressão de gênero no capitalismo. Cabe destacar que, a reprodução social acontece em todas as sociedades, mas na sociedade capitalista ela está servindo ao Capital (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Quais seriam essas outras elaborações teóricas? Uma delas é a *teoria dos sistemas duplos ou triplos*. Na teoria dos sistemas duplos o gênero é considerado um sistema autônomo que se relaciona com o capitalismo e as relações de classe. Na teoria dos sistemas triplos se combinam gênero, classe social e raça. Uma segunda elaboração teórica é a do *Capitalismo Indiferente*. Nela a opressão de gênero e raça estão presentes em formações sociais anteriores ao capitalismo e o capitalismo pode se valer ou não dela para se reproduzir. A terceira elaboração teórica é a *Unitária* busca compreender gênero, classe social e raça como parte das relações sociais capitalistas, como parte de um todo (ARRUZZA, 2015).

De acordo com a Teoria Unitária as raízes para a explicação da opressão às mulheres poderiam ser encontradas de forma unitária e sistêmica, diferente da concepção dualista sobre a realidade social que compreendia que a existência de um sistema patriarcal pré-capitalista independente e transhistórico se combinaria com o próprio sistema capitalista em uma determinada fase de seu desenvolvimento (RUAS, 2020). Nos países nos quais o modo capitalista de produção suplantou o precedente modo de produção, houve uma transformação radical da família e de seu papel, as relações de poder entre gêneros deixaram de formar um sistema independente (ARRUZZA, 2015).

o capitalismo tendeu sempre a usar diferenças pré-existentes herdadas de sociedades prévias de uma maneira oportunista. Por exemplo, diferenças de gênero e raça são utilizadas de forma a criar hierarquias entre setores mais ou menos avançados das classes exploradas. Estas hierarquias são abrandadas como consequências de diferenças naturais, mascarando sua real natureza, nominalmente o fato de serem produtos da lógica de competição capitalista. (ARRUZZA, 2015, p. 49).



A Teoria da Reprodução Social na perspectiva unitária compreende o sistema capitalista como um “complexo de relações sociais de exploração, opressão, dominação e alienação, que se relacionam de forma integrativa, ontológica” (RUAS, 2020, p. 4). Essa perspectiva busca entender o modo de produção capitalista como uma totalidade sistêmica, que é engendrada e conformada por múltiplas teias de opressão. Ela é orientada “por uma perspectiva que supere as dicotomias entre produção e reprodução social, natureza e cultura, e em última instância, base econômica e superestrutura política.” (RUAS, 2020, p. 4).

Diante disso, as perspectivas dos sistemas duais e triplos e do Capitalismo Indiferente se mostraram limitadas para as autoras que defendiam uma concepção unitária. Na próxima parte aprofundamos a Teoria da Reprodução Social na perspectiva unitária desenvolvida por Lise Vogel. Convém ressaltar que Lise Vogel não é a única a compartilhar da perspectiva unitária, mas é dado o destaque a ela por ser a pioneira na concepção da Teoria da Reprodução Social.

A Teoria da Reprodução Social: a contribuição de Lise Vogel

Lise Vogel é uma intelectual feminista estadunidense, socióloga e historiadora da arte. Publicou em 1983 o livro *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* e teve uma repercussão modesta (VOGEL, 2013). O livro foi reeditado em 2013 em um contexto de forte militância de mulheres e de movimentos feministas. Nesse caso, a repercussão foi maior e, por ser uma análise que partia de uma perspectiva que “privilegiava a análise das dinâmicas sócio-históricas da produção da força de trabalho” (RUAS, 2020, p. 12), tornou-se o fundamento para a elaboração da Teoria da Reprodução Social trinta anos depois da primeira edição.

Segundo Vogel (2013, p. XI):

Na medida em que escrevia o livro havia um respeito pelos esforços do feminismo socialista para abordar o tema do aprofundamento da opressão das mulheres. No entanto permaneço convencida de que o renascimento da teoria marxista, não a construção de uma síntese socialista-feminista, oferece a melhor chance de fornecer a melhor orientação teórica para as lutas pela libertação das mulheres.



Transparece o respeito dela em relação a trajetória do feminismo socialista, mas era necessário avançar na teoria marxista. Ferguson e McNally (2017) destacam que o livro escrito por Vogel tem seu ponto de partida teórico na obra *O Capital* (v. I) de Marx. Esse aspecto o distingue das demais teorizações do seu tempo. Isso porque, para a autora, expor a opressão da mulher na sociedade capitalista obrigatoriamente deveria passar pelas categorias teóricas centrais do trabalho de Marx. Em outros termos,

o procedimento crítico de Marx em *O Capital* revela uma série de conceitos relacionados – a mercadoria, valor, dinheiro, capital, força de trabalho, mais-valor e assim por diante – que foram projetados para iluminar os profundos processos estruturais através dos quais o modo de produção capitalista se reproduz (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 26).

Vogel, ao partir da leitura d’*O Capital* de Marx, se aproximou de um feminismo marxista, e, ao considerar paralelamente, questões feministas, também se aproximou de um marxismo feminista. “Ao levantar o problema da opressão às mulheres no contexto do quadro categorial do *Capital*, e ao fazê-lo não apenas de uma forma *ad hoc*, Vogel abriu uma nova direção para a pesquisa feminista socialista” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 26).

De acordo com Arruzza (2018), Lise Vogel

identificou a noção de reprodução social como a base para uma teoria unitária da opressão de gênero e sua relação com o capitalismo, que fosse capaz de evitar as armadilhas dos dualismos, uma vez que esses nada fazem além de postergar o problema – ao invés de resolvê-lo – de se ter uma compreensão explicativa das desigualdades de gênero.

É importante destacar que o lar já havia sido identificado como um local de opressão às mulheres por feminismos anteriores. No entanto, de acordo com Ferguson e McNally (2017), o debate acerca do trabalho doméstico surgiu no final dos anos 1960 – e preparou o cenário para *Marxismo e opressão às mulheres* – e seu objetivo era “localizar os fundamentos sócio-materiais da opressão às mulheres nos termos e conceitos da economia política marxiana” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 27).

Em 1969 Margaret Benston publicou o artigo chamado *The Political Economy of Women’s Liberation* [A economia política da libertação feminina]. Nos seus escritos, Benston propôs que o trabalho que as mulheres executam no lar fosse entendido como trabalho produtivo, ou seja, para a autora, sem o trabalho doméstico, o capital não poderia ser reproduzido, já que não haveria trabalhadores e, sem trabalhadores não haveria capital



(FERGUSON; MCNALLY, 2017). Assim, ao longo da década seguinte, feministas socialistas passaram a “teorizar o trabalho doméstico como parte integrante do modo de produção capitalista” (Ibid., p. 28) e

sondaram os conceitos marxistas de valor de uso e valor de troca, força de trabalho e classe, para identificar o que podiam revelar sobre o significado político-econômico das mundanas tarefas do lar, desde lavar pratos e preparar refeições até vestir e cuidar de crianças (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 28)

O trabalho doméstico produz mais-valor? O trabalho doméstico é um modo de produção distinto do modo de produção capitalista? São questões que surgiram com o florescer desse “novo” debate acerca da esfera doméstica. O que Vogel defende é que o trabalho doméstico produz valor de uso, ou seja, as atividades de cozinhar, lavar, limpar, fazer compras, cuidar das crianças e dos idosos, produz produtos e serviços que são consumidos no próprio lar e satisfazem necessidades humanas dos membros da família, mas não produzem valor de troca, já que esses produtos não são mercantizados, e sim, consumidos imediatamente (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

Outro ponto destacado pela autora é que o trabalho doméstico corresponderia a um modo de produção próprio, pois opera de acordo com uma lógica distinta, não capitalista. Então, a força de trabalho é produzida fora do circuito de produção de mercadorias, já que é criada de uma forma não capitalista, num local baseado em relações de parentesco, que é a família. A força de trabalho se torna uma mercadoria a partir do momento em que é vendida por um salário, mas não pelos processos que as demais mercadorias são transformadas em valor de troca e colocadas em circulação no capitalismo (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

A teoria da reprodução social reforça que não só a reprodução da força de trabalho é uma condição para a produção do capitalismo, como também o trabalho envolvido na produção de mercadorias e o trabalho da produção de trabalhadores fazem parte de uma mesma totalidade. Ou seja, não existe produção de mercadorias se não existirem trabalhadores. Portanto, a categoria força de trabalho é uma espécie de “ponte” que permite compreender a relação entre a esfera da produção e a esfera da reprodução (VOGEL, 2013).

Há uma tremenda e *pouco desenvolvida* percepção no cerne da análise de Marx sobre o capitalismo. No *Capital*, Livro 1, Marx identifica a “força de trabalho” ou nossa capacidade de trabalho, como a “mercadoria especial” que o capitalista necessita para pôr o sistema em funcionamento e mantê-lo assim. Nossa força de trabalho, Marx nos diz, tem a “peculiar propriedade de



ser uma fonte de valor” porque, com essa força de trabalho, criamos mercadorias e valor para o capitalismo. A apropriação de nosso trabalho excedente pelos capitalistas é a fonte da sua dominação. Sem a nossa força de trabalho, então, o sistema entraria em colapso (BHATTACHARYA, 2019, p. 102).

Lise Vogel partiu da constatação de Marx de que a força de trabalho é a mercadoria especial no desenvolvimento capitalista, contudo adicionou uma pergunta fundamental: como a mercadoria especial força de trabalho é produzida e reproduzida no modo de produção capitalista? Essa é a pergunta fundadora da teoria da reprodução social. Segundo Ruas (2020, p. 13) “A pergunta conduziu a autora a uma análise mais profunda da relação lógica e sistêmica existente entre produção capitalista e os processos cotidianos de produção da vida, realizados, em sua maioria, através de trabalho feminino [...]”.

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados:

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.
2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.
3. Reprodução de *trabalhadores frescos*, ou seja, dar à luz. Essas atividades, que formam a própria base do capitalismo já que reproduzem o trabalhador, são feitas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade (BHATTACHARYA, 2019, p. 103, grifo do autor).

Ferguson e McNally (2017) ressaltam que para Vogel, a opressão não está ligada diretamente ao trabalho que as mulheres executam para as crianças ou para os homens – ainda que este também seja alienante. A opressão baseia-se na importância social que o trabalho doméstico possui para o capital. Em outros termos,

as mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, nem por causa de um impulso patriarcal trans-histórico que coloca homens contra mulheres (embora tais atitudes, evidentemente, persistiram ao longo do tempo e do espaço). As raízes sócio-materiais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e o Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica de produzir a



próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 35/36).

A teoria da reprodução social compreende a produção de bens e serviços e a produção da vida em um único processo. Vogel (2013) também escreveu sobre a não exclusividade da família na reprodução da força de trabalho. Segundo a autora, a família é o local primário, mas não o único onde essa reprodução acontece. Nesse sentido, a intelectual cita o sistema público de saúde, educação, prisões, creches, orfanatos, internatos, entre outros.

Portanto, não seria a *necessidade* do trabalho doméstico em si, a divisão sexual deste trabalho ou a forma da família nuclear que constituiria a base material para a opressão das mulheres. Esta base, para Vogel, estaria situada na relação *contraditória-porém-necessária* entre a reprodução da força de trabalho e a acumulação capitalista – o que historicamente traduziu uma relação entre a condição biológica do corpo sexuado feminino e as relações sociais de produção dominantes (RUAS, 2020, p. 16, grifo do autor).

Em outros termos, um argumento também central de Vogel (2013) é o papel que as mulheres possuem de reprodução biológica. Para a autora, a opressão da mulher no capitalismo também está relacionada à sua capacidade biológica de gerar filhos, ou seja, de repor geracionalmente a força de trabalho e o capitalismo tem a necessidade de controlar e organizar socialmente esse aspecto biológico. De acordo com Ferguson e McNally (2017, p. 40),

Não é a biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. É isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e que os impele a forçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista.

O modo de produção capitalista, além de usurpar os corpos femininos, utiliza a noção de família nuclear heterossexual com o propósito de garantir a próxima geração de trabalhadores. Vogel, de acordo com Ferguson e McNally (2017), não trata o capitalismo como criador da família nuclear heterossexual exatamente com o propósito de tão somente garantir a próxima geração de trabalhadores. O que ela propõe é que as formas de família que preexistiam ao capitalismo – além de terem sido defendidas por pessoas da classe trabalhadora que ansiavam preservar os laços de parentesco – “foram reforçadas e



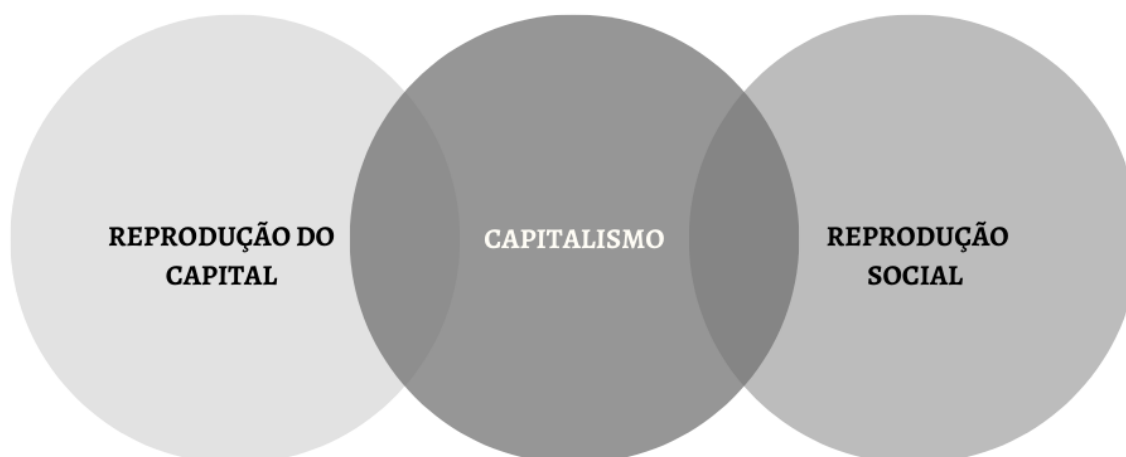
modificadas por políticas sociais intencionais por parte dos Estados capitalistas” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 36).

Importa deixar claro a totalidade da opressão às mulheres. E Vogel foi capaz de teorizar a unidade doméstica em relação ao capital, demonstrando que “por mais que as relações entre homem e mulher dentro dos lares possam expressar e reproduzir socialmente uma ordem de gênero de dominância masculina, elas não são a totalidade da opressão feminina” (Ibid., p. 36). Isso porque

a fim de garantir a produção e reprodução das fontes atuais e futuras de força de trabalho, o capitalismo requer mecanismos institucionais através dos quais ele pode exercer controle sobre a reprodução biológica, formas de família, criação das crianças e manutenção de uma ordem de gênero (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 36).

O que Vogel (2013) propôs, e que a Teoria da Reprodução Social sugere, é que da mesma forma que Marx pensou a Reprodução do Capital e as relações sociais de produção capitalistas, as teóricas da Reprodução Social pensaram os mecanismos que estão envolvidos na reprodução da força de trabalho (Figura 1).

Figura 1 – Reprodução do Capital (Marx) e Reprodução Social (Vogel e outras)



Fonte: Elaboração própria.



A observação de Vogel é justamente perceber como o capitalismo age de forma articulada, abrangendo simultaneamente o modo de produção e as famílias da classe trabalhadora que são fundamentais para a produção e reprodução da força de trabalho.

A ordem de gênero capitalista, assim, é estruturalmente fundada não em um patriarcado trans-histórico ou um modo de produção doméstico separado, *mas na articulação* entre o modo de produção capitalista e as famílias da classe trabalhadora, que são fundamentais para a produção e reprodução da força de trabalho (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 37, grifo nosso).

Vogel confronta as ausências lógicas no texto de Marx. Ainda que o filósofo tenha incorporado a necessidade de renovação geracional da força de trabalho na sua teoria do salário, é silencioso sobre os processos através dos quais a próxima geração de trabalhadores é trazida a luz. Ele acaba não teorizando sobre essas relações, mas sim tratando esses processos com naturalismo, como se fora das formas institucionais de vida não houvesse nenhum tipo de manutenção dos trabalhadores. Além do mais, para Marx, o modo de produção capitalista destruiria a família da classe trabalhadora. Contudo, em momento algum ele “reconhece que a destruição da família da classe trabalhadora significaria a eliminação desse local social em que ocorre a produção e reprodução da força de trabalho” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 38), e, conseqüentemente, Marx não percebe a contradição do desenvolvimento capitalista nessa esfera: se os principais locais de produção e reprodução da força de trabalho são as famílias, significa que os processos econômicos capitalistas que minam essas famílias são altamente problemáticos para o capital (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

Entretanto, Marx reconhece os efeitos destrutivos do capital para as famílias da classe trabalhadora. Também foi capaz de registrar a realidade do trabalho doméstico e de levantar a questão da diferença biológica ao reconhecer “que o trabalho de produzir a geração seguinte tem uma distintiva característica de gênero enraizada na diferença biológica” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 40).

O que se viu não foi exatamente a destruição da família da classe trabalhadora. O Estado, em combinação com a legislação, se comprometeu a “educar” as crianças de acordo com as necessidades do capitalismo industrial, além de reafirmar as divisões de gênero, o que empurrava as mulheres para o lar. É claro que a classe trabalhadora também auxiliou nesse processo. Em campanhas buscando defender sua vida familiar e suas redes de



parentesco, involuntariamente, beneficiou os interesses do capital. A decomposição da família da classe trabalhadora advertida por Marx não aconteceu (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

Diferentemente de Marx, para as feministas da reprodução social, a reprodução acontece não de forma natural, visando a subsistência. E Vogel (2013) cita três formas pelas quais a reprodução aconteceria: (i) por meio das atividades que regeneram o trabalhador, como comer, dormir. Os trabalhos de cuidado em casa. Serviços como educação, saúde, esporte; (ii) por meio da reposição geracional, que seria o parto propriamente dito; E, por fim, (iii) pelo conjunto de atividades que mantém e regeneram os não trabalhadores, sejam crianças, aposentados, aqueles que já saíram do mundo do trabalho etc. Estas são as três formas de reprodução segundo Lise Vogel, e, não à toa, envolvem o trabalho, principalmente, das mulheres.

Ainda que Marx tenha silenciado em alguns momentos, o que se nota é que

a própria lógica dialética de Marx convida ao tipo de emenda que Vogel propõe. Assim como a reprodução do capital, a reprodução da força de trabalho também requer uma explanação crítica social. Mas isso não é possível sem uma teorização da reprodução biológica, social, diária e geracional da força de trabalho e da organização social da diferença biológica que ela acarreta em uma sociedade capitalista. Em suma, as relações internas entre gênero, família e o modo de produção capitalista devem ser tematizadas, se quisermos entender a opressão de gênero no capitalismo, de uma forma que se concatene com a estrutura conceitual do *Capital* (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 43).

E é nesse sentido que o livro *Marxismo e opressão às mulheres* se faz tão importante no enfrentamento à lógica capitalista a partir da teoria da reprodução social. Ferguson e McNally (2017, p. 45) argumentam que

ao identificar o problema chave da necessidade sob o capitalismo de um local social que reproduz a força de trabalho biológica e socialmente, a análise de Vogel nos permite entender por que as sociedades capitalistas, não obstante sua vasta gama de histórias diversas, reproduziram repetidamente formas de família de dominação masculina.

E da mesma maneira, Vogel propõe um meio de compreender por que as formas “domésticas podem mudar de maneiras significativas, como com o crescimento do reconhecimento legal de casamentos e lares homoafetivos, assim como famílias chefiadas por mães solteiras ou pais solteiros sem que a opressão às mulheres seja eliminada” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 45). O conceito de reprodução social expande a visão do



trabalho doméstico, pois inclui uma série de práticas sociais que vão para além dele. Torna possível também estender a análise para fora das paredes do lar, desde que o trabalho de reprodução social não seja sempre encontrado das mesmas formas: qual parte vem do mercado, do Estado de bem-estar social, das relações familiares, permanece uma questão contingente que depende das dinâmicas históricas específicas e das lutas feministas.

A totalidade e a mudança social

A Teoria da Reprodução Social propõe uma explicação mais ampla do modo de produção capitalista, onde o capital é suplantado e visto não apenas como sujeito de um processo puramente econômico (ARRUZZA, 2018).

A tese essencial da “teoria unitária” é a de que o feminismo marxista, a opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes (ARRUZZA, 2015, p. 57).

Para Bhattacharya (2019, p. 102),

A percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar.

Essa percepção permite compreender quem é a classe trabalhadora, ou melhor, quem é trabalhador e trabalhadora e de que forma é possível lutar contra o sistema, ou visualizar um horizonte possível. A base material de opressão às mulheres relaciona-se com o sistema como um todo.

O mais importante é que essa teoria nos ajuda a entender que quaisquer ganhos nos direitos de gênero que tenhamos, tanto na economia formal quanto fora dela, só podem ser temporários, porque a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo. Qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si (BHATTACHARYA, 2019, p. 104).



Ferguson; McNally (2017) lembram que a publicação do livro de Vogel se deu em um momento de questionamento da filosofia marxiana por conta da ascensão do neoliberalismo na esfera política. E por conta desse cenário, o livro “quase não figurou no radar cultural” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 25). Contudo, o que se viu foi que as políticas identitárias neoliberais “foram incapazes de reduzir [...] os níveis estruturais de desigualdade social e de reprodução das hierarquias sociais existentes, que, por sua vez, se aprofundam progressivamente” (RUAS, 2020, p. 21). E esse cenário favoreceu a perspectiva marxista feminista da reprodução social que havia ficado “adormecida” durante um longo período. Assim, após a segunda década do século XXI,

a proposta de criação de uma teoria unitária toma forma enquanto campo teórico-prático contemporâneo, sob o nome de Teoria da Reprodução Social (TRS), e se insere em um contexto de ebulição de múltiplas experiências de luta e mobilizações espontâneas de massas que traduzem as contradições do período em que vivemos (RUAS, 2020, p. 21).

Segundo Ruas (2020), há um renascimento da teoria da reprodução social no século XXI, mas agora dialogando com intelectuais feministas marxistas que incorporam movimentos antirracistas, pós-coloniais e Queer.

Este diálogo possibilitou que estas intelectuais suprissem as lacunas da obra de Vogel, propondo um reposicionamento do campo marxista em relação aos debates sobre classe, opressões, identidades e a questão ambiental. Isto traduz um esforço de recuperar e desenvolver a teoria de Marx na direção específica de compreender a conexão entre as relações sociais econômicas e extraeconômicas, destacando como as categorias de opressão são produzidas de forma simultânea e imbricada à produção de mais-valia e, assim, não podem ser hierarquizadas. (RUAS, 2020, p. 22).

Assim dizendo, nesta retomada, a TRS volta a considerar a noção marxiana de totalidade social. E esta, por sua vez, não se trata da soma das suas partes, mas sim de “um processo de apreensão dialética da realidade sensível como concreto no pensamento, isto é, um processo de entendimento e questionamento da dimensão de sentido que aparece para nós” (RUAS, 2020, p. 11). Não é possível compreender ou agir sobre o mundo apenas de forma factual, com base em uma percepção imediata. A realidade é uma totalidade basta de relações e determinações.



Se faltou ao feminismo da reprodução social – que se desenvolveu logo após *Marxismo e opressão às mulheres* – elaborar uma análise que integrasse as relações de classe, gênero, sexualidade e raça, há uma linha de investigação mais recente dentro da perspectiva da reprodução social que se mostra mais promissora nesse sentido, abordando o trabalho, a economia, os lares como processos em vez de coisas. Dessa forma, essa perspectiva identifica as condições sob as quais raça, gênero, sexualidade e classe são reproduzidas, transformadas e potencialmente revolucionadas. Essa perspectiva mais recente da reprodução social parte da ideia de que a produção e reprodução da força de trabalho é um processo conduzido por pessoas socialmente localizadas. Essa ideia traz ação (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

Finalmente, ainda que a tarefa esteja inacabada, o fato é que

A grande inovação de Marx foi ter compreendido a forma como a produção e reprodução da força de trabalho – e as histórias de desapropriação e expropriação que ela implica – é o grande segredo para compreender os processos totalizantes do capital. Ao colocar tal segredo no centro da análise em *Marxismo e opressão às mulheres* e liga-lo às atividades reprodutivas especificamente femininas nos lares da classe trabalhadores, Lise Vogel estendeu criticamente o projeto de Marx e fez uma contribuição indispensável para a compreensão das formas generificadas da produção social capitalista (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 55).

Bhattacharya (2019, p. 110) lembra que “Uma compreensão do capitalismo como um sistema integrado, no qual a produção é sustentada pela reprodução social, pode ajudar as lutadoras e lutadores a entender a importância das lutas políticas em ambas as esferas e a necessidade de unificá-las”. Nesse mesmo sentido, reforçando a importância de compreender o modo de produção capitalista como um sistema uno, complexo e amalgamado, Arruzza (2018, p. 57) escreve que

o entendimento do processo de reprodução do capitalismo não pode estar simplesmente apoiado em uma compreensão de seus aspectos automáticos. Esses, de fato, são constantemente combinados com a agência humana e com a agência de classe dentro do processo de reprodução total, de maneira que perder de vista um desses aspectos leva a uma compreensão muito empobrecida do funcionamento fundamental da acumulação ampliada capitalista.

Portanto, interromper a batalha não é uma opção. É preciso seguir em frente, buscando alternativas àqueles e àquelas mais atingidos/as pela areia movediça do capital.



Reprodução Social e Desenvolvimento Regional: algumas aproximações

As desigualdades e a opressão no capitalismo vão variar conforme o tempo e o espaço. Se partimos do pressuposto de que o discurso e a teoria do desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XX, se tornam expressão do capitalismo, aproximações entre a Teoria da Reprodução Social e a Teoria do Desenvolvimento são importantes para a crítica e superação do capitalismo e, conseqüentemente, da desigualdade e da opressão (Figura 2).

Figura 2 – A Reprodução do Capital e a Reprodução Social em sua relação com as Teorias do Desenvolvimento e do Desenvolvimento Regional



Fonte: Elaboração própria.

As desigualdades e opressões se relacionam às relações de gênero, classe social, raça, dentre outras. E a base da desigualdade e da opressão está amarrada no sistema capitalista como um todo. Assim, “qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si.” (BHATTACHARYA, 2019, p. 104).

Mas essa tarefa coloca também um desafio: “situar” a teorização para que ela dialogue com contextos socioculturais e geográficos distintos (VALIAVICHARSKA, 2020), sem se descuidar de “uma compreensão do capitalismo como um sistema integrado, no qual a produção é sustentada pela reprodução social, pode ajudar as lutadoras e lutadores a



entender a importância das lutas políticas em ambas as esferas e a necessidade de unificá-las.” (BHATTACHARYA, 2019, p. 110).

O debate sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional no Brasil deve partir necessariamente

de uma aproximação desde a realidade sociocultural brasileira, que passe a dar alguma visibilidade e levar na devida conta o seu passado colonial, o sofrimento dos povos originários e das populações compulsoriamente transplantadas, a presença das mulheres, a diversidade da natureza. (THEIS, 2019, p. 356).

E de forma mais ampla, a Teoria do Desenvolvimento e a Teoria do Desenvolvimento Regional continue a reconhecer o desenvolvimento como um processo empiricamente verificável, mas que supere a dimensão normativa que coloca o desenvolvimento como meta a ser alcançada (perpetuando as relações que produzem desigualdade e opressão) e “ouse contemplar um horizonte utópico informado pelo impulso para a autodeterminação social.” (THEIS, 2022, p. 19).

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, C. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 10, p. 39–60, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10920>. Acesso em: 21 fev. 2023.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 1º semestre de 2015, p. 32-58.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de: Maíra Silva. **Revista Outubro**, n. 32, p. 99-113, 1º semestre de 2019.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: Sachs, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-84.

FERGUSON, Susan; McNally, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Tradução de: Maíra Silva. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, novembro de 2017.

RUAS, Rhaysa. “*Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas*”. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2020.



THEIS, Ivo Marcos. Hic et nunc: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, E202224pt, 2022, p. 1-23.

THEIS, I. M. et al. Desenvolvimento regional: construção de um campo de saber? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 258-271, jan./abr. 2022.
 THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 334-360, 3 set. 2019.

VALIAVICHARSKA, Zhivka. Social Reproduction in the Making: Recentering the Margins, Expanding the Directions, **CLCWeb: Comparative Literature and Culture** 22.2, 2020, Special Issue The Politics of Social Reproduction. Ed. Kelly Gawel and Cinzia Arruzza.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. Chicago: Haymarket Books, 2013.